



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 5ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No dia seis do mês de abril de 2017, às 13h30min, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de
2 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)
3 **Inscrições de Assuntos Geral; 2º) Aprovação da ata do dia 23/03/2017; 3º) Expediente; 4º)**
4 **Conferência Estadual de Saúde das Mulheres; 5º) Conferência Estadual de Vigilância em**
5 **Saúde (Apresentação da Vigilância em Saúde – Diretora do CEVS Marilina, Regimento**
6 **Interno, Comissão de Organização); 6º) Formação do Grupo de Trabalho para análise da PAS**
7 **2017; 7º) Comissões do CES/RS; 9º) Assuntos Gerais. Titulares:** Zilá Cohen (AGAFAPE),
8 Camila Jacques (CRMV), Ana Maria Valls (AGAPAN), Cláudio Augustin (CUT), Lotário
9 Schindwein (CGTB), Fabiana Andressa (FGSM), Luiz Carlos Bolzan (COSEMS), Denize Cruz
10 (SERGS), Mara Soeiro (SINDISEPE), Carlos Correa Martins (FRACAB), Itamar Santos
11 (FETAPERGS), Sandra Leon (CRP/RS), Irene Prazeres (SINDIFARS), Elizandra Ferronato
12 (CRESS), Camila Giugliani (UFRGS), Leila Ghizzoni (EMATER), Eni Bahia (CNBB), Alcides
13 Pozzobon (AHRGS-FEHOSUL), Adão Zanandréa (FCD), Stenio Rodrigues (MS), Jairo Tessari
14 (FED. STAS CASAS), Aglaé Silva (SES), João de Deus (FRACAB), Bruno Naundorf (SES),
15 Carolina Gyenes (SPGG). **Suplentes:** Sandra Schmitt (MS), Giovanni Zortea (FETAG), Roberto
16 Silva (CORSAN), Cristian Guimarães (SES), Helena Ransolin (SINDIFARS), Bárbara Pradella
17 (FIERGS), Roberta Hansel (SPGG). O Presidente Cláudio dá início à plenária falando sobre as
18 inscrições para assuntos gerais. Seguidamente, Cláudio apresenta a ata da Plenária do dia
19 23/03/2017 para aprovação, na qual Irene, Carlos Correa Martins e Sandra Leon pedem algumas
20 alterações. Após, é encaminhada para votação, sendo aprovada por unanimidade com as alterações
21 propostas. Cláudio passa para o ofício de substituição da representação da CUT, na qual Itamar
22 Santos faz a leitura informando a alteração de conselheiro da entidade. Após isso, passa-se ao ponto
23 da Conferência de Saúde das Mulheres. Gisleine informa que estão fazendo mobilizações em
24 diversos órgãos sobre a Conferência, tais como Assembleia, TCU, defensoria e outros. Diz que POA
25 está com 29 conferências livres de saúde agendadas e que a municipal de POA será dia 07/05 e que
26 para participar da conferência municipal de POA será necessário participar de uma conferência
27 livre. Também mostrou preocupação com a baixa adesão dos municípios. Informa que está sendo
28 definida a programação e o nome dos palestrantes e que serão apresentados na próxima plenária.
29 Sandra Leon reforça da importância de mobilizarmos nossas entidades para a Conferência. Cláudio
30 fala como Conselheiro, já que não tem acordo na mesa diretora, sobre o número de delegados e do
31 baixo número de participantes devido ao baixo número de conferências municipais agendadas e
32 informadas ao CES. Cláudio propõe alterar o número de delegados. Camila argumenta que pode ser
33 prejudicial alterar as regras no meio do processo, pois alguns municípios que já realizaram a
34 conferência podem sair prejudicados. Assim, a plenária deve decidir. Carlos Correa Martins defende
35 que seja alterado, visto que o motivo de ser reduzido era o número total que seria alto e não teria
36 lugar, mas já que está com pouca adesão, acha melhor modificar. Ana Valls argumenta que se já teve
37 alguma conferência, não se deve mudar. Cláudio informa que até o momento, o CES não recebeu
38 nenhuma informação de conferência já realizada. Luiz Bolzan informa que o município de Minas
39 do Leão já realizou a sua conferência. Cláudio coloca que não devemos ter uma opinião
40 condicionada e que precisamos decidir. Jairo coloca que isso nem deveria estar sendo discutido,
41 pois já havíamos decidido sobre isso e o que decidimos está decidido, não podemos a toda hora
42 mudar de decisão. Irene discorda de Jairo e reforça da importância da Conferência para o

43 empoderamento das mulheres. Carlos Correa Martins defende que sempre deveria ter sido 4
44 delegados, para assegurar paridade e participação de todos os segmentos e propõe que a mudança
45 seja de 2 para 4 delegados em municípios com até 100 mil habitantes e que não se mexa nos outros.
46 Gisleine diz o que temos é um problema sério de mobilização e que o governo mobilizou todas as
47 coordenadorias de saúde, que ficaram de mobilizar as suas regiões. Sandra Léon diz que essa
48 discussão também foi feita na comissão organizadora, onde também não teve consenso. Ela defende
49 a paridade. Luiz Bolzan informa que conversou com o COSEMS e foi informado de algumas outras
50 conferências municipais. Diz que solicitou reforço aos municípios da importância da realização das
51 conferências e que tranquilizou os municípios a respeito dos PPA, que não são imutáveis. Itamar
52 reforça a importância da participação do COSEMS nas reuniões da comissão organizadora da
53 Conferência, na qual fazem parte, mas ainda não participaram de nenhuma. Cláudio coloca para
54 encaminhamento a votação, se deve haver mudança no número de delegados ou se não deve se
55 mexer no número de delegados. Com 17 votos a favor, 10 votos contra, é aprovada a alteração no
56 número de delegados da Conferência de Saúde das Mulheres. Luiz Bolzan faz declaração de voto e
57 diz que votou contra porque não fez essa discussão com a sua entidade. Após a aprovação da
58 alteração no número de delegados, Cláudio encaminha as duas propostas de alteração. A proposta
59 do Carlos Correa Martins que altera de 2 para 4 delegados nos municípios de até 100 mil habitantes
60 contra a proposta do Cláudio de mexer em todos os números e fazer proporcionalidade como foi
61 feito na Conferência de Saúde em 2015. Helena alerta para o risco de começar a aumentar e vir um
62 número muito grande de delegados. Ligia, da SES e da Comissão de Infraestrutura, se mostra
63 preocupada e questiona quem vai se responsabilizar se o número for maior que o espaço que já está
64 definido. Cláudio informa que essa alteração já foi votada e que o pleno irá se responsabilizar. Luiz
65 Bolzan faz uma ponderação que não deveríamos votar sem orçamento para isso, pois implica
66 recursos. Karol faz também uma ponderação sobre o risco de ter mais pessoas que a capacidade do
67 local, lembrando o caso da KISS. Cláudio reforça que isso já foi votado. Aglaé alerta sobre a
68 votação e reforça que pelo menos haja a responsabilidade de quem for votar que pense na proposta
69 menor, pois não existe responsabilidade do pleno e sim do gestor que é responsável pela estrutura e
70 segurança do local. Cláudio registra na ata a saída dos conselheiros Itamar e Lotário que irão para a
71 Plenária Macro de Passo Fundo. Cláudio coloca em votação a proposta dele da proporcionalidade
72 em contraponto com a proposta do Carlos Correa Martins que é o aumento de 2 para 4 delegados
73 nos municípios de até 100 mil habitantes. A proposta do Carlos Correa Martins tem 12 votos, a
74 proposta do Cláudio tem 2 votos e abstenção tem 12 votos. Cláudio informa que no regimento do
75 CES, para aprovação uma proposta deve ter 50% mais um voto e que isso não ocorreu e que,
76 portanto, deverá ser feita novamente a votação. Cláudio retira sua proposta e é feita a votação da
77 proposta do Carlos Correa Martins. Em votação, a proposta tem 14 votos a favor, 1 contra e 11
78 abstenções, sendo então aprovada a alteração de 2 para 4 delegados nos municípios com até 100 mil
79 habitantes. Cláudio lembra que também terá que ser feita alteração no regimento referente aos
80 suplentes e propõe que a alteração seja conforme foi na Conferência de Saúde, para evitar
81 problemas de paridade. Não havendo outra proposta, vai para votação a proposta do Cláudio e é
82 aprovada por unanimidade. Passando ao ponto seguinte de pauta, a Conferência de Vigilância em
83 Saúde, a coordenadora do Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS), Marilina, faz uma
84 apresentação onde aborda definições de vigilância, estrutura do CEVS, cenários epidemiológicos,
85 áreas técnicas e mudanças de estrutura e os desafios existentes. Cláudio sugere fazer uma discussão
86 rápida sobre a Conferência de Vigilância e diz estar preocupado em ter baixa mobilização. A
87 proposta do Cláudio é fazer um documento orientador para sensibilização dos municípios. Também
88 colocou a ideia de alterar a data da Conferência para o ano que vem e propõe que os pontos de pauta
89 sobre o Regimento e a formação das comissões da Conferência sejam na próxima plenária, quando
90 ele retornará de Brasília com uma reunião com os presidentes dos CES e onde discutirão esses
91 temas. Camila se mostra preocupada com uma possível baixa adesão na Conferência da Vigilância,
92 pois considera essa área como uma das mais importantes do SUS e que diante desse cenário político
93 nacional, de perdas de direitos, podemos não ter tempo e nem mobilização suficientes para
94 discutirmos esses temas tão importantes. Irene propõe uma reflexão, que apesar desses vários

95 movimentos nacionais de perdas, a saúde também sofre e devemos nos mobilizar para isso. Alerta
96 que ano que vem é ano eleitoral e entende que devemos manter o calendário que existe da
97 Conferência de Vigilância em Saúde. Cláudio aponta que não há consenso e levará esse tema para a
98 reunião nacional e que independente disso devemos fazer o documento orientador o mais breve
99 possível para envio aos municípios. Marilina também entende que deva ser mantido o calendário da
100 conferência, devido à mobilização que já existe. Ana Valls lembra a todos da importância de
101 fazerem a leitura prévia do Regimento da Conferência de Vigilância em Saúde, que todos já
102 receberam por e-mail, para que na próxima plenária não precise ser lido e sejam apenas discutidas
103 as sugestões e propostas de alterações. Segue-se para o ponto seguinte de pauta, onde a SEPLAN
104 faz uma apresentação da Programação Anual de Saúde - PAS, de como estão trabalhando e tentando
105 se adequar aos prazos, mesmo sabendo que estão atrasados. Apresentam como estruturaram a PAS e
106 propõe a criação de um Grupo de Trabalho para análise do documento. Aglaé reforça da
107 importância desse GT visto que toda vez que trazem documentos para apresentação, os conselheiros
108 relatam que não entendem e que não conseguem analisar por falta de assessoramento técnico. São
109 documentos complexos, cujo ainda se estuda qual a melhor forma de apresentá-los. Então o GT
110 seria para auxiliar um melhor entendimento do documento e para que os conselheiros possam
111 colaborar na construção de um instrumento de mais fácil entendimento para todos com assessoria da
112 Assteplan e demais áreas da SES. A ideia também é de que seja dividido nas áreas e discutido em
113 grupos separados conforme as especialidades. Cláudio reforça que isso já foi feito e que dá certo,
114 que é a melhor forma. Objetiva um melhor entendimento de todos e uma melhor compreensão do
115 conteúdo e não da forma, o que permite também uma melhor discussão do orçamento. Ana Valls
116 solicitou que o PES e a PAS sejam enviados por e-mails para todos e se colocou à disposição para o
117 GT. Também se colocaram no GT o SINDFARS, o FGSM, a Comissão de Educação Permanente, a
118 Sandra Schimidt e a UFRGS que irá verificar a possibilidade de alguém acompanhar. As reuniões
119 do GT foram propostas para ocorrerem nas 5ª feiras de tarde nos dias que não tem plenária do CES,
120 mas a primeira reunião ficou agendada para o dia 12 de abril, às 14hs no CES devido à quinta feira
121 santa da semana que vem. Sandra Léon lembrou a mesa diretora de levar para as outras comissões
122 que não estão presentes. Cláudio diz que a Camila Giugliani está combinando com um professor da
123 UFRGS para vir numa plenária para dar uma palestra sobre indicadores de saúde e que estão
124 verificando as datas. Sobre o ponto do relato de comissões, Cláudio informa que quase nenhuma
125 entidade mandou representantes até o prazo definido e faz uma proposta de estender o prazo até o
126 final de abril para as indicações. Informa que a CIST nacional está cobrando a ata de eleição da
127 CIST do RS. Nos assuntos gerais, Luiz Bolzan relata do temporal que houve em São Francisco de
128 Paula e da rede de solidariedade que se formou e destaca a ajuda dos municípios, entre eles Bom
129 Jesus. Também agradece ao Estado, na figura do Secretário João Gabbardo dos Reis, que se
130 prontificou a ajudar e liberou recursos. Camila Giugliani faz um convite para o lançamento de um
131 livro sobre histórias de mobilização popular em saúde dia 07 de abril, às 14hs na praça da
132 Alfândega. Dá um livro para a mesa diretora e folhetos onde o livro se encontra na internet. Cláudio
133 relembra todos que o dia 07 de abril é o dia mundial da saúde e que ocorrerão inúmeras atividades,
134 que foram repassadas por e-mail aos conselheiros. Ana Valls falou dos eventos que a AGAPAN
135 promove durante o ano e do primeiro evento que será no dia 10 de abril às 19hs e que irá enviar e-
136 mail com o convite para o CES repassar para todos. Nada mais havendo a tratar, Cláudio deu por
137 encerrada a reunião, da qual eu, Camila Jacques lavei a presente ata, complementada por Laryssa
138 Pereira da Silveira que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 06
139 de abril de 2017.

Claudio Augustin
Presidente do CES/RS

Itamar Silva Santos
Vice Presidente do CES/RS

Fabiana Andressa
Coordenadora do CES/RS

Denise Cruz
Coordenadora do CES/RS

Lotário Schlindwein
Coordenador do CES/RS

Camila Jacques
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenadora do CES/RS